

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
UFRRJ

Vanessa Jacot da Silva

A defesa da consideração moral para animais não-humanos
sob a perspectiva de Peter Singer

Seropédica
2018

Vanessa Jacot da Silva

A defesa da consideração moral para animais não-humanos
sob a perspectiva de Peter Singer

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em
Filosofia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,
como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de
Licenciada em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Walter Valdevino Oliveira Silva.

Em ____ de junho de 2018

Prof. Dr. (Depto. de Filosofia - UFRRJ)

Prof. Dr. (Depto. de Filosofia - UFRRJ)

Prof. Dr. Walter Valdevino Oliveira Silva (Orientador - Depto. de Filosofia - UFRRJ)

Seropédica

2018

AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial ao meu pai e minha mãe, por me darem todo o suporte necessário para que eu não desistisse durante o curso. Aos melhores amigos que a vida poderia me dar, que fizeram meus finais de semana mais divertidos: Talita, Juan, e principalmente, Rafael. Às minhas colegas de quarto, que entre uma conversa e outra cuidavam tanto quanto os meus pais de mim. Ao meu companheiro, Altair e à minha filha Valkiria por me esperarem pacientemente (ou não) voltar. Às amizades feitas ao longo do curso. E por fim, ao meu orientador por me motivar, dando autonomia e por ser sempre solícito. Muito obrigada.

RESUMO

O presente trabalho visa defender um estatuto moral para os animais não-humanos. Isto quer dizer questionar como – independente do que as leis dizem – os animais devem ser tratados? Nossa sociedade ainda é influenciada por alguns pensadores, como René Descartes, que desconsidera o estatuto moral dos animais por eles não possuírem proficiência linguística, ou Immanuel Kant, que só atribui estatuto moral aos seres racionais e autônomos, também excluindo, desta forma, os animais. Em oposição a esses pensadores, a monografia utilizará como objeto de pesquisa a defesa de Peter Singer em sua obra intitulada *Libertação Animal*, com intuito de tecer uma teoria a favor dos direitos morais dos animais não-humanos. Além disso, a dissertação também irá abordar os principais problemas encontrados na teoria ética utilitarista e as críticas de Michael Fox para a atribuição de direitos aos animais.

Palavras-chave: Direitos morais, Animais, Peter Singer.

ABSTRACT

The present dissertation aims to defend a moral statute for non-human animals. Namely, regardless of what Laws concern, how should animals be treated? Our society still is highly influenced by thinkers like René Descartes who disregards the moral statute for animals since they do not possess language proficiency, or Immanuel Kant who only ascribes moral statute to rational and autonomous beings also excluding consequently the animals. In opposition to those thinkers, this monograph will use as the research object the defense of Peter Singer in his book entitled *Animal Liberation*, with the purpose of producing a theory in favor of the moral rights of non-human animal. In addition, this paper will also draw comparisons with the main issues found in Utilitarianism and the critics of Michael Fox regarding the attribution of rights to animals sustain.

Keywords: Moral Rights, Animals, Peter Singer.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
CAPÍTULO 1: O MOVIMENTO PELOS DIREITOS DOS ANIMAIS	09
1.1 Principais considerações de Singer.....	09
1.2 Experimentação Animal	14
CAPÍTULO 2: UTILITARISMO E A MAXIMIZAÇÃO DA FELICIDADE	17
2.1 Considerações acerca do utilitarismo.....	17
2.2 Filósofos utilitaristas.....	18
2.2.1 John Stuart Mill.....	18
2.2.2 Jeremy Bentham.....	21
2.2.3 Peter Singer.....	22
2.3 O Prazer.....	22
2.4 As teorias do bem-estar.....	26
2.5 O bem-estar e os animais não-humanos.....	27
2.6 Principais objeções intuitivas ao utilitarismo.....	28
2.7 Críticas dos oponentes do utilitarismo.....	29
CAPÍTULO 3: PRINCIPAIS OBJEÇÕES AOS DIREITOS MORAIS DOS ANIMAIS NÃO-HUMANOS	31
3.1 Michael Fox e a crítica à <i>Libertação Animal</i>	31
CONCLUSÃO	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44

INTRODUÇÃO

Quando se fala em estatuto moral para um ser, quer dizer que estamos mencionando a capacidade que este ser tem de “contar por si mesmo”. Hoje em dia, grande parte das obrigações morais que temos em relação aos animais não-humanos são obrigações para com os proprietários destes animais – do mesmo modo que ocorre com um caderno, por exemplo. Só não o danificamos porque ele pertence a alguém, o que nos faz concluir que o dever que temos não é em relação ao caderno, mas ao seu dono. Afirmar que um ser tem estatuto moral é defender que ele tenha uma importância moral independente de quaisquer relações que mantenham com outros seres. Assim, a presente dissertação visa questionar se os animais não-humanos têm direitos morais, e se todos possuem esses direitos.

Peter Singer, em sua obra intitulada *Libertação Animal*, faz uma defesa em prol dos direitos morais dos animais. Para ele, da mesma forma que o racismo e o sexismo não são moralmente justificáveis, o que ele chama de especismo, também não é. O especismo é definido como a atitude tendenciosa de alguém a favor dos interesses de membros da própria espécie, contra os de outras. Se o racismo utiliza a cor da pele e o sexismo algumas características físicas para inferir capacidades, o mesmo acontece no especismo. Assim, qualquer característica física, bem como capacidade intelectual ou proficiência linguística, não seriam razões suficientes para dar mais consideração a um grupo do que a outro. Entretanto, para Singer, a extensão do princípio básico de igualdade de um grupo para o outro não culmina em que os seres devam ser tratados de forma igual, pois eles são visivelmente diferentes. Por isso, não faz sentido questionar o aborto para os homens ou o direito ao voto para cães, restando apenas questionar os interesses que eles têm em comum com os seres humanos, como o interesse de viver, de comer, de não ser maltratado, de se mover, entre outros.

A defesa de Singer teve como base a teoria utilitarista de Jeremy Bentham, que atribuiu estatuto moral aos seres de acordo com a capacidade que eles têm de sentir dor ou prazer. Assim, o que une todos os seres na mesma esfera moral é a capacidade que este ser tem de sofrimento ou prazer, e não características físicas ou a capacidade intelectual. Isso não traz todos os animais para a nossa esfera de consideração moral, mas certamente alguns.

No primeiro capítulo, serão expostos, de forma geral, os principais argumentos que sustentam a existência de direitos morais para os animais, bem como a diferença entre igualdade e igualdade de tratamento, razões filosóficas e científicas para afirmar que os animais também sentem dor, o que é o especismo e por que não existe justificativa moral que

o sustente, qual a importância da proficiência linguística para considerar moralmente um ser, questões sobre a sacralidade da vida humana que não se aplicam aos animais, e por fim, considerações sobre um dos usos mais comuns dos animais para propósitos humanos: a experimentação animal.

No segundo capítulo, apresento a teoria ética em que se apoia a dissertação: o utilitarismo. Faço uma apresentação geral do que é o utilitarismo, depois introduzo os principais filósofos dessa corrente, começando por John Stuart Mill, depois Jeremy Bentham, e por último, Peter Singer. Além disso, serão explorados os tipos de prazer, as principais teorias do bem-estar, a relação do bem-estar e os animais não-humanos, as principais objeções intuitivas ao utilitarismo e as críticas dos oponentes.

Por fim, no terceiro capítulo, o objetivo foi expor os argumentos contrários à posição de Peter Singer, escritas por Michael Fox, a fim de questionar se os fundamentos que defendem os direitos morais dos animais se sustentam ou não.

CAPÍTULO 1

O MOVIMENTO PELOS DIREITOS DOS ANIMAIS

1.1 Principais considerações de Singer

Em *Libertação animal*,¹ Peter Singer inicia sua defesa pelos direitos dos animais não-humanos fazendo uma analogia com a luta de feministas em prol dos direitos das mulheres. Entretanto, o autor afirma que há uma sutil diferença entre defender direitos iguais e afirmar que homens e mulheres são iguais, pois, para ele, as diferenças entre ambos os sexos são inegáveis, e, por isso, devem culminar em direitos distintos. Estender o princípio básico de igualdade para outros grupos não significa que devam ser tratados da mesma maneira ou com os mesmos direitos, e sim que deva existir uma igual consideração. Se há igual consideração, tanto os direitos quanto o tratamento podem diferir, se adequando à natureza de cada grupo. Sendo assim, não há motivo para lutar para que cachorros votem ou para que homens possam fazer um aborto, pois ambos são biologicamente incapazes de praticar tais ações.

Após expor o que significa defender a igualdade de direitos, Singer explica por que o sexismo e o racismo são errados, a fim de fazer uma analogia com o especismo. Quando alguém cria um discurso para defender sociedades hierárquicas, o principal objetivo é mostrar que os seres humanos não são iguais e têm tamanhos, agilidade, capacidades intelectuais e morais, formas de se comunicar e de experimentar dor e prazer diferentes. Por conseguinte, o discurso de igualdade não poderia se basear na igualdade de fato entre todos os seres humanos, pois cada um tem as suas características peculiares. Todavia, partindo do fato de uma pessoa ser negra ou mulher, não é possível inferir nada a respeito da sua capacidade intelectual ou moral, sendo assim possível sustentar que o racismo e o sexismo são errados. O racista branco afirma que os brancos são superiores aos negros, mas isso não é verdade, pois alguns negros são superiores a alguns brancos. E da mesma forma que a cor, o sexo de uma pessoa não serve como orientação para avaliar suas capacidades ou habilidades.

A defesa da igualdade não é um fato, e sim uma ideia moral que não depende da inteligência, da força física, ou de outros aspectos para se sustentar. Isso quer dizer que não existe uma razão obrigatória que justifique que uma diferença de capacidade entre duas pessoas implique na consideração que damos a suas necessidades e a seus interesses. Quando se fala em princípio da igualdade, não significa que exista uma igualdade real entre os seres, mas que deve existir uma igualdade de tratamento.

¹ Singer, Peter. *Libertação animal*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

Jeremy Bentham (1748-1832) foi o fundador da escola reformista-utilitarista de filosofia moral, e o responsável por criar a base da igualdade moral através do seu sistema de ética: cada um conta como um e ninguém como mais de um. Com essa afirmação, Bentham defendeu que os interesses de cada ser afetado devem ser levados em conta tanto quanto os interesses de qualquer outro, independente da aparência e das capacidades que possam ter. A preocupação com o bem-estar pode variar de acordo com os interesses de cada ser, pois porcos, crianças e adultos têm interesses distintos, mas o elemento básico da igual consideração permanece. Analogamente, é nesse fundamento que os argumentos contra o racismo, o sexismo e o especismo devem apoiar-se.

O especismo é a atitude tendenciosa de alguém a favor dos interesses de membros da própria espécie, contra os de outras. Apesar de muitos filósofos terem se dedicado ao princípio da igual consideração como um preceito moral básico, poucos estenderam isso a membros de outras espécies. Jeremy Bentham foi um dos que compreendeu a necessidade de aplicar a igual consideração também aos animais:

Talvez chegue o dia em que o restante da criação animal venha a adquirir os direitos que jamais poderiam ter-lhe sido negados, a não ser pela mão da tirania. Os franceses já descobriram que o escuro da pele não é razão para que um ser humano seja irremediavelmente abandonado aos caprichos de um torturador. É possível que um dia se reconheça que o número de pernas, a vilosidade da pele ou a terminação do osso sacro são motivos igualmente insuficientes para abandonar um ser senciente ao mesmo destino. O que mais deveria traçar a linha intransponível? A faculdade da razão, ou, talvez, a capacidade da linguagem? Mas um cavalo e um cão adultos são incomparavelmente mais racionais e comunicativos do que um bebê de um dia, de uma semana, ou até mesmo de um mês. Supondo, porém, que as coisas não fossem assim, que importância teria tal fato? A questão não é “Eles são capazes de raciocinar?”, nem “São capazes de falar?”, mas, sim: “Eles são capazes de sofrer?”²

No trecho acima, Jeremy Bentham afirma que o que confere status moral a um ser não é a capacidade intelectual, uma característica física ou a capacidade da linguagem, mas sim a capacidade que o ser tem de sentir dor ou prazer. Como exemplificado por Peter Singer, não cabe dizer que é ou não do interesse de uma pedra ser chutada na estrada por um menino, pois ela não tem interesses e não sofre. Porém, um camundongo tem interesse em não ser chutado, pois caso isso aconteça, irá gerar sofrimento. Assim, se um ser sofre, não pode haver justificativa moral para não levarmos em consideração seu sofrimento. Independente do ser, seu sofrimento irá contar da mesma forma que outro que também sofre. Se escolhêssemos outra característica como a inteligência ou a racionalidade para conferir status moral, por que não escolheríamos também outra propriedade como a cor da pele, o número de pernas ou a

² Apud Singer, 2010, p. 12.

vilosidade da pele? Os racistas violam os princípios de igualdade ao dar mais peso aos interesses dos membros da própria etnia; do mesmo modo, os especistas afirmam que os interesses da sua própria espécie se sobrepõem aos interesses dos membros de outras espécies.

Peter Singer também analisa a argumentação proposta no século XVII pelo filósofo René Descartes (1596-1650), que afirma que os animais são seres autômatos, isto é, são inconscientes, incapazes de sofrer e de ter qualquer tipo de sentimento ou pensamento, como as máquinas. Antes de rebater todas as outras afirmações, Singer inicia refutando a afirmação de que os animais não sentem dor, ou seja, que não possuem a capacidade de sofrer.

Singer questiona: “os animais não humanos sentem dor? Como sabemos?”³ A experiência da dor é comprovada de forma direta. Sabemos o que sentimos através dos nossos próprios sentidos, o que torna complexo descobrir quando o outro sente dor, pois não é possível experimentar diretamente a dor dos outros. “A dor é um estado de consciência, um ‘evento mental’ e, como tal, não pode ser observado”.⁴ Observar ações que levam a crer existir dor não constitui a dor em si, fazendo com que possamos estar equivocados quando supomos que outro ser humano sente dor. A única coisa que podemos fazer é inferir que outro ser sofre através de situações que nos causariam dor, e se é justificável admitir que outros seres humanos sentem dor como nós, da mesma forma seria justificável defender que o mesmo aconteça com animais. Além disso, animais possuem sistemas nervosos muito semelhantes aos nossos, que respondem fisiologicamente como os nossos quando se encontram em circunstâncias em que sentiríamos dor. Singer também analisa a dor como característica evolutiva, pois, para ele, a capacidade de sentir dor tem uma função biológica, aumentando a perspectiva de sobrevivência de uma espécie, fazendo com que seus membros evitem danos físicos.

Na Grã-Bretanha, após observarem claras evidências comportamentais, os membros do Comitê sobre a Crueldade com Animais Selvagens afirmaram que, devido às provas fisiológicas e anatômicas, estava justificada a crença de que os animais sentem dor e que, além da dor física, os animais sofrem medo intenso e terror.

Apesar de os estudos científicos a respeito desse tema ficarem cada vez mais sérios – e Singer ter apresentado tantos argumentos –, não é o bastante para cessar a discussão. Ao sentir dor, os seres humanos apresentam um sinal comportamental que os animais não têm: uma linguagem desenvolvida. Descartes, entre outros filósofos, ressaltou a capacidade

³ Singer, Peter. *Libertação Animal*, p. 17.

⁴ Singer, Peter. *Libertação Animal*, p. 17.

humana de falar sobre a experiência da dor. De um lado, há uma linha do pensamento filosófico, provavelmente derivada de Ludwig Wittgenstein, que afirma não ser possível atribuir estados de consciência a seres que não possuem linguagem. De outro, a afirmação de que a linguagem é necessária para o pensamento abstrato, mas que estados como a dor, que são mais primitivos, nada têm a ver com a linguagem. O filósofo norte-americano Tom Regan (1938-2017) tem uma resposta interessante para a primeira forma de pensamento, influenciada por Wittgenstein:

As crianças humanas têm de estar conscientes das coisas antes de aprenderem a usar uma linguagem. Se não estivessem, se não pudessem ver, ouvir, ou sentir antes de aprenderem a falar, nunca poderiam aprender a falar. Não valeria a pena – não poderia valer a pena – segurar num gato e dizer <<gatinho>> apontando para ele, se as crianças pré-verbais fossem incapazes de ver o gato ou de ouvir a nossa voz. As crianças humanas têm de estar pré-verbalmente (e assim não-verbalmente) conscientes do mundo para que se tornem linguisticamente proficientes.⁵

Regan, no trecho acima, afirma que a proficiência linguística não é uma condição necessária para a consciência, pois se um animal não dominar uma linguagem, nada o impede de ser consciente e de ter experiências subjetivas como dor, emoção e recordação.

Outra afirmação bastante utilizada é a de que a melhor forma de saber se outra criatura está sofrendo é ela nos dizer isso. Porém, essa afirmação não nega que os seres que não utilizem uma linguagem não sofram, mas nega que temos motivo suficiente para acreditar que sofram, o que torna essa argumentação falha. Singer menciona Jane Goodall, autora que afirma que, quando se trata de apresentar sensações, a linguagem é menos importante do que modos não linguísticos de comunicação. Além disso, a afirmação “estou sentindo dor” pode ser um elemento a mais como prova, mas não o único, e também pode ser refutado, pois as pessoas mentem. Ademais, bebês humanos e crianças pequenas não utilizam linguagem. Levando em consideração a afirmação, seria correto afirmar que, por não utilizarem linguagem, não podem sofrer? Nos comunicamos melhor com bebês, pois estamos mais próximos, mas o mesmo nível de entendimento ocorre em casos de pessoas que passam mais tempo com os animais. Portanto, para finalizar, não existem razões científicas ou filosóficas que nos façam acreditar que os animais não sintam dor.

Após inferir que animais sentem dor, Peter Singer demonstra as diferentes intensidades de dor provocadas tanto em seres humanos quanto em animais. Por exemplo, caso fosse feito um experimento científico em um adulto normal, aleatoriamente raptado em um parque público, logo após o ocorrido, as pessoas evitariam o lugar por medo de passar

⁵ Apud Galvão. *Os animais têm direitos?*, 2010, p. 12.

pela mesma experiência. Ou seja, além da experiência da dor, ainda seria acrescentado o terror. Caso acontecesse o mesmo com animais não humanos, eles sofreriam menos, pois não sentiriam antecipadamente o medo de ser raptado. O que não significa que seja correto utilizar animais, mas que existe uma razão não especista para preferir utilizar animais ao invés de adultos normais caso a experiência tenha que ser feita. Analogamente, esse argumento defenderia a utilização de bebês humanos ou seres humanos retardados, pois ambos também não fazem ideia do que acontecerá em um experimento científico. Desta forma, se utilizarmos esse argumento para defender as pesquisas científicas em animais, teremos que fazer o mesmo em bebês e seres humanos retardados.

A capacidade mental superior de seres humanos adultos normais é diferente em muitos aspectos, como na previsão, memória mais detalhada, maior compreensão dos fatos etc. Mas isso não quer dizer que essas características venham a trazer mais sofrimento sempre. Algumas vezes, devido à capacidade de compreensão mais limitada, os animais podem sofrer mais. Como, por exemplo, no caso de um prisioneiro de guerra, que mesmo ao ser obrigado a aceitar a captura e o confinamento, não sofrerá por outras causas e terá a liberdade quando o conflito cessar. Por outro lado, caso um animal selvagem seja capturado para ser solto logo em seguida, não é possível fazê-lo entender que a sua vida não esteja ameaçada, pois, para ele, não é possível diferenciar o confinamento de uma tentativa de morte. O terror é o mesmo em ambos os casos, gerando mais sofrimento para o animal. Sendo assim, Singer conclui que a dor e o sofrimento são ruins e devem ser evitados ao máximo, independentemente da espécie, etnia ou sexo.

Ao fim do primeiro capítulo, Singer argumenta sobre a “sacralidade da vida humana”, que defende a continuação de uma vida humana (ainda que esteja em estado vegetativo), mas que, ao mesmo tempo, não hesita em tirar a vida de um animal saudável. Algumas espécies de animais, como os chimpanzés adultos, porcos e cães, superam em muitos aspectos uma criança com lesões cerebrais no que diz respeito à autoconsciência, independência etc. A única coisa que distingue o bebê do animal no momento de defender o direito à vida é que o primeiro pertence à espécie *Homo sapiens*, e o segundo, não. Portanto, toda a justificativa que garante direito à vida a um e não a outro baseada apenas na espécie à qual eles pertencem é especismo. Se basearmos o direito à vida no estado de consciência, independência ou comunicação, seria necessário concedê-lo também aos animais, visto que seres humanos retardados ou senis têm esse direito. A partir daí, o argumento poderia ser interpretado de duas formas: a primeira mostraria que alguns animais têm o direito de viver, ainda que estejam velhos e sofrendo. A outra mostraria que seres humanos retardados e senis, sem

esperança de recuperação, não têm o direito à vida e poderiam ser mortos da mesma forma que fazemos com os animais. Dessa forma, ao invés de sacralizar a vida dos animais ou desvalorizar a vida de humanos retardados e senis, o necessário a fazer é “...trazer os animais para a esfera das nossas preocupações morais e parar de tratar a vida deles como descartável, utilizando-a para propósitos vulgares”.⁶

1.2 Experimentação Animal

No segundo capítulo, Peter Singer trata de um dos dois exemplos de especismo que será aprofundado em sua obra: o experimento com animais. São citados detalhadamente os experimentos das Forças Armadas estadunidenses, que utilizavam chimpanzés expostos à radiação enquanto pilotavam um simulador de voo, ou beagles que ingeriam explosivos TNT a fim de ver seus efeitos no corpo, ou os experimentos do professor Harry F. Harlow, de privação materna que isolava tanto mães como filhotes de chimpanzés. Esses são apenas alguns exemplos das consequências do especismo. Muitos pesquisadores causam dores agudas ainda que não existissem perspectivas de benefícios para humanos e animais. Apesar de parecer, esses não são casos isolados, são experimentos que fazem parte de uma poderosa indústria. Para perceber a força dessa indústria, basta observar os produtos aos quais ela dá origem e como são vendidos, como nos exemplos citados por Singer, em que um animal é anunciado como cobaia para experimentos científicos, e também o anúncio de um equipamento especializado que inclui eletrochoques. Ainda que as propagandas dos anúncios minimizem os efeitos que os instrumentos causarão aos animais, fica clara sua finalidade.

Entre milhares de experimentos com animais, poucos contribuem para pesquisas médicas importantes. Uma boa quantidade é utilizada em departamentos universitários e muitos outros são utilizados para fins comerciais, para testar cosméticos, xampus, corantes alimentícios, entre outros produtos não essenciais. Geralmente, os que defendem experimentos em animais não negam que os animais sofram, pois, se negassem, não seria possível sustentar uma semelhança entre seres humanos e animais que justifique os experimentos científicos realizados. Como explicitou o professor Charles R. Magel, em 1920,⁷ a respeito da contradição na defesa do uso de animais em experimentos científicos:

⁶ Singer, Peter. *Libertação Animal*, pp. 31-32.

⁷ Stefanelli, 2011, p. 192.

Pergunte aos vivisseccionistas por quê eles experimentam em animais e eles responderão: ‘Porque os animais são como nós’. Pergunte aos vivisseccionistas por quê é moralmente ‘OK’ experimentar em animais e eles responderão: ‘Porque animais não são como nós’. A Experimentação animal apóia-se em contradição de lógica.

Na citação acima, Magel aponta uma contradição: ou os animais não são como nós e, por isso, não há motivo para realizar os experimentos científicos, ou eles são como nós e, por isso, não deveríamos realizar experimentos que seriam considerados inapropriados caso fossem realizados em seres humanos.

Há muitos anos, pessoas se opõem ao uso de animais na experimentação científica, mas poucas conquistas foram alcançadas, visto que pesquisadores e empresas estão unidos em prol do benefício próprio, seja interesse comercial ou sucesso em um artigo. Singer, então, para conhecimento dos leitores que têm seus impostos utilizados para essas pesquisas científicas sejam realizadas, passa a descrever detalhadamente os métodos de vivissecação publicados em revistas científicas. Essas descrições favorecem os cientistas por dois motivos: o primeiro é que eles não descrevem o sofrimento que causam, a não ser que isso seja necessário para o resultado da experiência. O segundo motivo é que incluem apenas os experimentos que consideram relevantes. Em um dos exemplos do filósofo, pôneis são as cobaias:

Na Universidade de Kansas, uma unidade denominada Bureau Of Child Research tem submetido vários animais a choques elétricos. Em um experimento, pôneis da raça *shetland* foram privados de água até ficar com sede; receberam, então, potes com água que podia ser eletrificada. Dois alto-falantes foram acoplados a cada um dos lados da cabeça dos pôneis. Quando surgia um ruído do lado esquerdo do alto-falante, o pote era eletrificado e os pôneis recebiam choques se estivessem bebendo. Eles aprenderam a parar de beber quando ouviam o ruído no alto-falante esquerdo, mas não no direito. Então, os alto-falantes foram colocados mais próximos um do outro, até que os pôneis não mais conseguissem distinguir entre eles, e, portanto, não pudessem evitar as descargas. Os pesquisadores referem-se a experimentos semelhantes em ratos-brancos, ratos-cangurus, ratos-do-campo, porcos-espinhos, cães, gatos, macacos, gambás, focas, golfinhos e elefantes. Concluíram que os pôneis têm grande dificuldade de distinguir a direção dos ruídos em comparação com outros animais.⁸

Singer ressalta a irrelevância dessas pesquisas, que apesar de gerar tanta dor e sofrimento, têm resultados triviais, óbvios ou sem sentido, aos quais poderíamos ter descoberto de maneiras menos dolorosas apenas utilizando a reflexão. É importante ressaltar que, se esse experimento foi publicado, foi porque teve o resultado mais significativo do que os outros, causando-nos uma dúvida a respeito das pesquisas que não foram divulgadas serem ainda mais irrelevantes.

⁸ Singer. *Libertação animal*, p. 72.

Os experimentos mais comuns, além de eletrochoques, incluem privação do sono, de alimento, água, privação materna, testes cognitivos, entre outros. Os animais são como instrumentos para pesquisadores, que, ao utilizarem seus jargões técnicos, disfarçam a natureza do que acontece e ficam indiferentes à dor que causam. Mesmo quando o pesquisador ainda se encontra na universidade, ao ser introduzido a muitos termos técnicos, deixa de refletir sobre o real sofrimento que inflige.

Além das pesquisas de comportamento para a psicologia e produção de cosméticos, são testados em experimentos científicos agentes químicos utilizados na guerra. Diversos tipos de bens industriais ou domésticos são dados para que os animais ingiram, ou colocados em seus olhos e peles. A explicação para a realização dessas pesquisas é para que saibamos o que aconteceria com seres humanos caso fossem expostos a esses produtos. Entretanto, o sucesso da pesquisa em animais não garante que aconteça o mesmo em seres humanos. Além disso, pessoas podem ser expostas ao perigo, pois a reação pode ser completamente diferente da ocorrida com as cobaias. Os testes realizados em animais podem descartar substâncias poderosas para os humanos, como é o caso da insulina, morfina e penicilina, que são mortais para algumas espécies de animais.

A conscientização das pessoas em relação ao sofrimento animal só ocorreu após o movimento pela libertação animal, e o ideal, segundo Singer, seria – até que tenhamos alternativas satisfatórias –, não utilizar nenhuma nova substância potencialmente nociva que não seja essencial à nossa vida. Ele questiona: “[c]omo essas coisas podem acontecer? Como podem pessoas que não são sádicas passar a vida provocando depressão em macacos, esquentando cães até a morte ou viciando gatos em drogas?”.⁹ A resposta, segundo ele, está no especismo, uma forma injustificável de discriminação com base na espécie. Desta forma, “nenhuma experiência pode ser legítima a menos que seja tão importante que a utilização de um ser humano com lesões cerebrais também possa se justificar”.¹⁰ Como alternativa, Singer propõe que os experimentos ao menos não fossem realizados sem a prévia aprovação de um comitê de ética que incluísse em seu corpo representantes do bem-estar dos animais. Contudo, a exploração animal em experimentos científicos é parte do problema mais amplo que é o especismo, e dificilmente será eliminada até que todo o especismo também seja.

⁹ Singer. *Libertação animal*, p. 101.

¹⁰ Singer. *Libertação animal*, p. 124.

CAPÍTULO 2

UTILITARISMO E A MAXIMIZAÇÃO DA FELICIDADE

2.1 Considerações acerca do utilitarismo

Singer desenvolveu as suposições encontradas em *Libertação Animal*, que conferem estatuto moral aos animais não humanos, apoiando-se na teoria ética denominada utilitarismo. Passo, portanto, neste segundo capítulo, a tratar dessa corrente filosófica que serviu como base para a defesa dos direitos animais e que influencia diariamente outros setores da nossa vida.

O utilitarismo é a filosofia baseada no princípio da maior felicidade para o maior número de pessoas, e, além da ética, os pressupostos utilitaristas abrangem a política e a economia. A maioria das reações negativas ao utilitarismo acontecem por haver mal-entendidos. Jeremy Bentham (1748-1832) utilizou muitas vezes a expressão “princípio da utilidade” para nomear o utilitarismo, o que conferiu um caráter mais sério, funcional e austero, oposto aos reais objetivos desse princípio moral que são a maximização do prazer, da fruição e da diversão, características que compõem a felicidade. Na verdade, Bentham preferia a expressão mais longa para denominar o “princípio da maior felicidade”.

Muitas ideias utilitarista foram encontradas em filósofos desde os gregos antigos até o Iluminismo, porém o utilitarismo só se tornou uma escola filosófica distinta no final do século XVIII. Os três principais pioneiros utilitaristas foram William Paley (1743-1805), Jeremy Bentham e William Godwin (1756-1836), sendo Bentham o mais famoso. A ideia geral do utilitarismo consiste em vincular a moralidade à maximização da felicidade, porém, existem outros princípios adotados por algumas teorias utilitaristas, como os citados por Tim Mulgan:

- 1) *A razão para promover o bem* – O fato de que uma ação promoverá a felicidade humana oferece-nos uma razão para executá-la. Se duas ações irão cada uma promover a felicidade humana, então temos razões para realizar qualquer uma delas que produza a maior felicidade. Se escolhermos ações exclusivamente com base na razão para promover o bem, vamos, portanto, sempre optar pela ação que maximize a felicidade.
- 2) *O princípio da prevenção de danos* – Se pudermos evitar que algo ruim aconteça, sem sacrificar nada de importância moral comparável, devemos fazê-lo.
- 3) *O princípio da ajuda aos inocentes* – Se formos capazes de prestar assistência a uma pessoa inocente em grande necessidade, com um custo insignificante para nós mesmos, então devemos fazê-lo.

- 4) *Os números efetivamente contam* – Se você deve escolher entre as vidas de um grupo de pessoas e as vidas de outro grupo, você deve escolher o grupo maior.¹¹

Desta forma, o utilitarismo não se resume apenas à promoção da felicidade para o número maior de pessoas, mas a muitos outros princípios que fazem com que um utilitarista tenha o dever moral de interferir em situações que não-utilitaristas considerariam um bem, mas não uma obrigação.

2.2 Filósofos Utilitaristas

2.2.1 John Stuart Mill

No ensaio *O utilitarismo*, John Stuart Mill (1806-1873) faz um breve resumo do Princípio da Utilidade:

As ações são certas na proporção em que tendem a promover a felicidade, e erradas na proporção em que tendem a produzir o reverso da felicidade. Por felicidade entende-se prazer, e a ausência de dor; e, por infelicidade, dor e a privação de prazer.¹²

Assim, a ideia central do utilitarismo consiste em que a moralidade e a política devem estar comprometidas com a promoção da felicidade, sendo a definição de felicidade o prazer e a ausência da dor. Mill defende o utilitarismo como se fosse o padrão supremo do certo e do errado. A base da sua filosofia é empirista, ou seja, nosso conhecimento da moralidade deve ser derivado da observação, sendo o prazer e a dor as únicas características observáveis relevantes. Mill cria uma prova do princípio utilitarista:

A única prova capaz de ser oferecida de que um objeto é visível é que as pessoas realmente o veem. A única prova de que um som é audível é que as pessoas realmente o ouvem: e o mesmo pode ser dito das outras fontes da nossa experiência. Da mesma maneira [...] a única evidência que se pode produzir de que alguma coisa é desejável é que as pessoas de fato a desejam [...] nenhuma outra razão pode ser dada pela qual a felicidade geral é desejável, exceto a de que cada pessoa [...] deseja a sua própria felicidade. Isso, no entanto, sendo um fato, não só nós temos todas as provas que o caso admite, mas todas que é possível exigir, de que a felicidade é um bem: que a felicidade de cada pessoa é um bem para essa pessoa, e a felicidade geral, portanto, um bem para o conjunto das pessoas.¹³

¹¹ Mulgan, Tim. *Utilitarismo*. Petrópolis: Vozes, 2012, pp. 81-82.

¹² Apud Mulgan, *Utilitarismo*, p. 7.

¹³ Apud Mulgan, *Utilitarismo*, p. 32.

Com esta prova, Mill tenta, influenciado por seu empirismo, demonstrar que a felicidade geral é desejável. A chave de três passos pode ser dividida assim:

- 1) A passagem de “as pessoas desejam x” para “x é desejável”.
- 2) A passagem de “a felicidade de cada pessoa é boa para ela” para a felicidade geral é um bem para o conjunto das pessoas”.
- 3) A alegação de que a felicidade é o *único* fim: de que tudo o que desejamos ou é uma *parte* da felicidade, ou um *meio* para a felicidade.¹⁴

A parte mais importante da prova de Mill é o terceiro passo, em que, tendo estabelecido que a felicidade é um fim desejável, ele procura demonstrar que ela é o único fim desejável. Isso não quer dizer que a felicidade seja a única coisa desejável, mas que a única evidência de que algo é desejável é o fato de que as pessoas frequentemente a desejam. Mill não está tentando fornecer uma prova lógica, mas sim um argumento comparativo.

Apesar de Mill não se deixar perturbar e entender que a sua prova era suficientemente boa, foi acusado por gerações de filósofos de cometer falácias, como o filósofo de Cambridge G. E. Moore (1873-1958). Moore tinha uma ideia de prova diferente de Mill, pois ele esperava uma dedução lógica infalível, enquanto Mill procura a melhor prova que a experiência possa oferecer em um contexto particular. Entretanto, a sua prova possui muitas outras dificuldades. Ele foi acusado, por exemplo, de ignorar a independência das pessoas e tratá-las como conjunto, como se fosse uma única pessoa. Apesar de não parecer uma prova, tudo o que ele pareceu dizer foi que, “uma vez que a felicidade de cada pessoa é um bem para essa pessoa, a felicidade das pessoas em geral é um bem para a sociedade como um todo”,¹⁵ justificando o uso da felicidade geral para avaliar as regras morais.

A base do utilitarismo de Mill é hedonista. A felicidade é o que importa e ela consiste no prazer e na ausência da dor. Um conservador britânico chamado Thomas Carlyle (1795-1881) intitulou a filosofia de Mill de “doutrina de porcos”,¹⁶ afirmando que os porcos podem sentir prazer tanto quanto os humanos, e portanto, se o que importa é o prazer, então as pessoas poderiam viver como porcos contentes. Em resposta, Mill apresenta uma nova explicação do prazer. Ele afirma que não é possível colocar a vida humana e a de um porco no mesmo patamar, pois os seres humanos são capazes de experiências muito mais valiosas do que os porcos.

¹⁴ Mulgan. *Utilitarismo*, p. 33.

¹⁵ Mulgan. *Utilitarismo*, p. 34.

¹⁶ “Defina o dever de todo de porcos: ‘É a missão da porquice universal e o dever de todos os porcos, em todos os momentos, diminuir a quantidade do inatingível e aumentar a do atingível.’”(Carlyle, Thomas. *The Selected Works of Thomas Carlyle*, p. 700).

Mill, então, introduz uma distinção entre prazeres superiores e prazeres inferiores. Para descobrir qual prazer é melhor, teríamos que encontrar um juiz competente, ou seja, alguém que tenha experimentado ambos os prazeres. Ele afirma: pessoas que experimentam os dois tipos de prazeres preferem os prazeres superiores e, por isso, os prazeres superiores são melhores. Essa teoria apresenta muitas dificuldades, como o fato de os juízes competentes poderem discordar a respeito de um prazer superior, ou pessoas que prefiram um filme de comédia a ler filosofia. Mas Mill responderia que essas pessoas não experimentaram realmente o prazer da filosofia, visto que não apreciaram a experiência. Isso gera muitas outras objeções como, por exemplo, a de saber se algo foi apreciado verdadeiramente. Além disso, uma vez que se admite o teste do juiz competente, devemos concluir que o prazer não é o único bem. Os juízes poderiam valorizar outras coisas além do prazer, como o conhecimento, status ou realização. Por exemplo, optar por uma leitura filosófica ao invés de assistir a um filme, mesmo sabendo que o filme seria muito mais agradável, pois quero valorizar mais o conhecimento do que o prazer. Esta distinção entre prazeres superiores e prazeres inferiores é um dos aspectos mais controversos da filosofia ética de Mill.

A prova de Mill apresenta outro problema: será a felicidade a única coisa que as pessoas realmente desejam? Tim Mulgan constrói um dilema para Mill:

Se definirmos a felicidade em termos de desejo, então a afirmação de Mill será verdadeira, mas apenas por ser circular e inútil. (A afirmação informativa, porém controversa, “As pessoas só desejam a felicidade” torna-se trivial “As pessoas só desejam o que as pessoas desejam”.) Por outro lado, se a felicidade não for definida em termos de desejo, então a afirmação de Mill parecerá obviamente falsa.¹⁷

É possível afirmar que as pessoas desejam muitas outras coisas além da felicidade. O próprio Mill parece admitir isso ao criar o seu modelo de bem-estar do juiz competente, pois não fica claro que sempre as pessoas desejariam apenas os prazeres superiores que o juiz competente desejaria. Um outro problema é que a prova de Mill não é suficiente, pois não utilitaristas poderiam concordar que a felicidade é desejável, mas que ao invés de nos tornarmos utilitaristas e promovê-la, poderíamos evitar deixar os outros infelizes ou procurarmos tornar a nós mesmos felizes, incorporando ou expressando essa felicidade.

¹⁷ Mulgan. *Utilitarismo*, p. 72.

2.2.2 Jeremy Bentham

Jeremy Bentham (1748-1832) é cronologicamente anterior a Mill, todavia, tem uma relevância maior para a discussão a respeito dos direitos morais dos animais não humanos, pois além de aproximá-los da nossa esfera de consideração moral, foi o primeiro a fazer uma analogia entre o modo como tratamos os animais e a escravidão. Deste modo, Bentham está mais próximo dos objetivos dessa dissertação do que Mill, começando por tratar todos os prazeres como igualmente valiosos, ou seja, ele defende que alguns prazeres não devam ser favorecidos em detrimento de outros. Para Bentham, o legislador deve considerar as preferências das pessoas como o guia mais confiável para a felicidade: “preconceitos à parte, o jogo do pino é de igual valor ao das artes e das ciências da música e da poesia”.¹⁸ Portanto, para Bentham, o que importa é a intensidade do prazer, o que faz com o que o prazer e a dor de qualquer ser tenham a mesma relevância. Jeremy Bentham acrescentou o fundamento essencial da igualdade moral no seu sistema ético: “que cada um conte como um e ninguém como mais do que um”.¹⁹ Isso quer dizer que os interesses do ser afetado pela ação devem ter a mesma relevância que os interesses semelhantes de qualquer outro ser. Esse raciocínio levou Bentham a incluir a perspectiva dos direitos animais em uma passagem já citada anteriormente “A questão não é ‘Será que podem raciocinar?’ Nem ‘Será que podem falar?’, mas ‘Será que podem sofrer?’”.²⁰ Para ele, a capacidade de raciocinar e a proficiência linguística não são condições necessárias para atribuir estatuto moral a um ser, e sim a capacidade que este ser tem de sentir dor ou prazer. Bentham é, portanto, o primeiro filósofo a fazer uma analogia da desconsideração que temos pelos animais com o racismo.

Bentham considera qualquer outro sistema ético como *capricho*, como moralidades baseadas em autointeresse, paixão ou superstição. Ele ataca, mais precisamente, o *status quo*, a moralidade baseada no autointeresse da classe dominante e na superstição religiosa. Bentham defende a filosofia radicalista, afirmando que a razão humana é necessária para acabar com a tradição irracional. Da perspectiva da filosofia contemporânea, há dois problemas na prova da teoria utilitarista de Bentham: o primeiro é o desenvolvimento consecutivo de alternativas que ele não considera. Defensores de outras abordagens não utilitaristas da moralidade podem argumentar que elas não precisam basear-se no capricho, pois podem prover fundamentos racionais para as práticas existentes. O segundo problema é

¹⁸ Apud Mulgan. *Utilitarismo*, p. 18.

¹⁹ Galvão, P. (Org.). *Os animais têm direitos? Perspectivas e Argumentos*. Trad. Pedro Galvão. Lisboa: Dinalivro, 2010, p. 31.

²⁰ Galvão. *Os animais têm direitos?*, p. 15.

que estabelecer que a moralidade deva ser sensível ao bem-estar não é suficiente para provar o utilitarismo, pois não é preciso ser um utilitarista para se opor, por exemplo, à escravidão. Nesse sentido, qualquer outro sistema ético que se apoie nas ideias de igualdade ou de direitos naturais conseguiria incluir o bem-estar.

2.2.3 Peter Singer

Peter Singer desenvolve e defende a analogia de Bentham, acrescentando a ela o sexismo. Para ele, devemos considerar imparcialmente os interesses daqueles que serão afetados pelas nossas ações. Singer, assim como Bentham, é um utilitarista. “Atender imparcialmente aos interesses dos seres sencientes, em seu entender, consiste *sempre* em agir de forma que resultará nas melhores consequências, isto é, num maior bem estar geral”,²¹ mesmo que este bem estar geral implique, em alguns casos, maltratar alguns indivíduos, humanos ou de outras espécies. Assim, Singer reconhece um estatuto moral a todos os animais sencientes, independente da sua espécie, mas não defende que todos os seres sencientes têm o mesmo estatuto moral. Isto quer dizer que, apesar de rejeitar o especismo, Singer não pressupõe que tratemos todos os animais com a mesma consideração, e sim que as diferenças de tratamento não podem se justificar simplesmente por um ser pertencer a tal espécie. Se julgarmos que é aceitável infligir um certo mal a um cão, mas que seria inaceitável fazer o mesmo com um ser humano, não podemos sustentar a argumentação apenas observando que o cão não pertence à nossa espécie. A justificativa teria que ser outra. Este princípio da igualdade implica que a nossa consideração pelos outros não deve depender da sua aparência ou das aptidões que possuem.

2.3 O prazer

Os utilitaristas clássicos foram todos, cada um de sua maneira, hedonistas. A felicidade consiste no prazer e na ausência da dor. No entanto, o que é o prazer? Considera-se três visões básicas sobre o prazer:

- 1) *Prazer fisiológico* – O nível de prazer ou dor de um organismo particular é um fato natural, mensurável da maneira científica normal – exatamente como podemos medir o peso de um animal, ou o funcionamento do seu

²¹ Galvão. *Os animais têm direitos?*, p. 16.

sistema digestivo. Um cientista pode dizer se sorvete me confere prazer examinando o meu cérebro.

- 2) *Prazer fenomenológico* – O valor de uma experiência depende inteiramente de como ela é sentida. Cada experiência tem um tom hedônico ou intensidade, um nível do prazer ou da dor sentidos. Estes podem ser medidos e comparados. Sorvete é melhor para mim do que chocolate se e somente se o prazer de sorvete for mais intenso. (Isto se refere apenas ao valor intrínseco do prazer do sorvete. O sorvete também pode ter outros, menos desejáveis, efeitos indiretos.)
- 3) *Preferência* – Os valores comparativos de suas experiências dependem das preferências da pessoa. Se eu prefiro a experiência do sorvete à do chocolate, então o sorvete é mais prazeroso.²²

No prazer fisiológico, o nível de prazer ou de dor são considerados fatos naturais e, por isso, podem ser medidos por um cientista ao analisar nosso cérebro. O prazer fenomenológico, por sua vez, dá importância a como uma experiência é sentida pelo indivíduo, e leva em consideração o valor intrínseco do prazer em determinada atividade. E o último, de preferência, depende das preferências da pessoa: se alguém prefere a experiência de x à de y, então x é mais prazeroso. . Definições fisiológicas de dor nem sempre coincidem com a sensação de dor. Pessoas podem, por exemplo, morrer de dor mesmo que estejam desacordadas e aparentem não sentir nada, ou pessoas que tenham amputado algum membro continuam a “sentir” dor em seus membros inexistentes. A questão principal acerca da dor é saber se ela é realmente um mal intrínseco. Para propósitos médicos ou científicos, a explicação fisiológica pode ser a melhor, mas quando se trata de vidas humanas é relevante considerar como elas são vividas. Por isto, muitos hedonistas privilegiam a fenomenologia sobre a fisiologia. Se um indivíduo não sente ou experimenta um prazer ou uma dor, então ele não faz com que sua vida seja melhor ou pior (a não ser que a “dor não sentida” cause morte, neste caso ela é instrumentalmente ruim). Ou, caso um indivíduo procure um médico por estar sentindo muita dor, e esse médico diga que não há nada com ele, apesar de estar aliviado por não ter uma enfermidade muito séria, não seria possível afirmar que não há dor.

Se o prazer e a dor fossem propriedades fisiológicas ordinárias, então seria possível medi-los de forma objetiva. O problema é que nos movemos da fisiologia para a fenomenologia, o que causa imprecisão nesses cálculos. Agora, se compararmos o hedonismo fenomenológico com o hedonismo de preferência, pacientes que tenham recebido certa droga, ou que tenham passado por certas operações cerebrais, podem relatar que, às vezes, sentem dor, mas que não se importam com ela. Alguns filósofos negam essa possibilidade de não se importar com uma dor, pois, para eles, é parte da definição de dor que uma experiência

²² Mulgan. *Utilitarismo*, pp. 90-91.

dolorosa seja detestada. Por outro lado, um hedonista de preferência diria que não há nada errado em não se importar com uma dor, pois, para ele, o hedonismo fenomenológico deve estar enganado. A resposta que os hedonistas fenomenológicos dão é que, se um indivíduo não se importa com a dor, então é porque ela não tem a intensidade da *verdadeira dor*.

Muitas vezes, as pessoas podem optar deliberadamente por um prazer menos intenso, ou por uma dor mais intensa. Isso acontece por razões instrumentais, mas nem todas as escolhas são instrumentais. O hedonismo fenomenológico sugere que tenha sido cometido um erro, pois o prazer mais intenso é o melhor. Já o hedonismo de preferência evita esse resultado, pois o melhor prazer é aquele que o indivíduo prefere. No entanto, se julgarmos os prazeres pelas preferências, algumas pessoas poderão preferir coisas diversas ao invés do prazer, o que culmina em duas questões: “o prazer é sempre bom?” e “o prazer é o único bem”?

A primeira questão: “o prazer é sempre bom?” leva à primeira objeção, pois alguns prazeres parecem moralmente errados. Como no exemplo utilizado por Mulgan:

Cristãos e leões

Você é o antigo oficial romano responsável pelo entretenimento no Coliseu. Há uma casa cheia. A multidão não está interessada em corridas de bigas, ou atletismo, ou mesmo em combates de gladiadores. O que lhes daria mais prazer é ver um pequeno grupo de cristãos devorado vivo por leões famintos. O utilitarismo diz que você deveria alimentar aos leões com os cristãos, porquanto o seu sofrimento é superado pelo prazer de muitos milhares de espectadores.²³

Primeiro, é necessário distinguir o hedonismo do utilitarismo. O hedonismo é uma teoria do bem-estar e diz o que é bom para cada pessoa, ao invés de dizer como se deve agir em determinadas situações. Assim, um hedonista que não seja um utilitarista pode evitar sacrificar cristãos (talvez porque seja errado torturar pessoas inocentes). Supondo que os cristãos do exemplo fossem ser mortos de qualquer maneira, e que os espectadores gostem de prazer sádico. Alguns hedonistas diriam que esse prazer é bom para os espectadores, pois torna suas vidas melhores, mas coisas ruins acontecem durante o exemplo de Mulgan. Para o autor, o prazer sádico é instrumentalmente ruim, uma vez que incentiva as pessoas a se comprometerem ou a apoiarem a tortura. Da mesma forma, é ruim que o mundo contenha pessoas que obtêm prazer através da tortura de outras, ao invés de obtê-lo de alguma atividade inofensiva. Mas, isoladamente, o prazer sádico em si seria bom. Seria melhor um mundo em que cristãos fossem torturados e o prazer sádico fosse bom do que um mundo em que cristãos fossem torturados e o prazer sádico não fosse bom. Muitas pessoas discordam dessa

²³ Mulgan. *Utilitarismo*, p. 93.

afirmação, pois, se você obtém prazer na tortura dos outros, isso não faz com que a sua vida seja melhor, e sim, pior. Os hedonistas fenomenológicos têm dificuldade para evitar a afirmação de que o prazer sádico é benéfico para a pessoa que o experimenta, pois se a sensação é boa, como pode não ser bom? Já os hedonistas da preferência não podem evitar essa afirmação, pois é questão de preferência dos espectadores optarem pelo prazer sádico ao inofensivo.

Em relação à segunda questão – “o prazer é o único bem?” – é importante lembrar a objeção na discussão de Mill:

A objeção da filosofia de porco

Polly tem duas opções: uma vida preenchida apenas com intensos prazeres de porco, ou uma vida humana bem-sucedida como uma filósofa com menos prazeres humanos intensos. O hedonismo deve dizer a Polly para escolher a vida de porco, porquanto os prazeres são mais intensos. Este é um bom conselho se Polly for uma porca, mas não se Polly for um ser humano.²⁴

Um outro dilema surge se dermos mais relevância ao número de prazeres, ao invés de nos concentrarmos na sua intensidade:

Haydn e a ostra

A fada boa oferece a Ollie Haydn duas alternativas. Ele pode viver uma vida humana florescente e bem-sucedida durante 100 anos (como seu pai, o famoso compositor), ou viver como uma ostra feliz experimentando prazeres muito simples. A vida de ostra pode ser tão longa quanto Ollie deseja – chegando até mesmo a milhões de anos. Cada ano da vida de ostras é valioso. Mesmo que este valor seja muito pequeno, não é zero. Por mais valor que atribuamos a uma vida humana florescente, isso pode ser compensado por um número suficientemente enorme de anos de ostra. Se Ollie for um hedonista, ele deve escolher a vida de ostra (Adaptado de Crisp. *Mill on Utilitarianism*, 24).²⁵

Os oponentes do hedonismo discordam que uma vida humana florescente é mais valiosa do que qualquer vida de ostra, não importa o tempo que dure. Mill usa o argumento da preferência para evitar a objeção de que o hedonismo é uma filosofia de porcos. Os prazeres (inferiores) suínos são menos desejáveis do que prazeres (superiores) humanos. Mesmo se os prazeres dos porcos forem mais intensos, o juiz competente sempre escolheria os prazeres humanos. Da mesma forma, no exemplo da ostra, a vida a ser escolhida sempre seria a humana, mesmo que a da ostra seja eterna.

O hedonismo de preferência enfrenta dois problemas principais: 1) a discordância entre juízes competentes e 2) preferências além do prazer. Na discordância entre os juízes, o

²⁴ Mulgan. *Utilitarismo*, p. 95.

²⁵ Mulgan. *Utilitarismo*, p. 95.

hedonista encontra um dilema: ou os juízes competentes discordam ou concordam. Se eles discordam, a solução é acompanhar a maioria. Mas e se formos um juiz competente que faz parte da minoria? Para Mill, os juízes competentes não discordam, pois todos que tenham apreciado verdadeiramente ambos os prazeres preferem os prazeres superiores. Mas isso torna o hedonismo circular, pois é como se usássemos o julgamento para decidir quem é o juiz competente, sendo que todo o trabalho é feito pela nossa definição de competência.

O outro problema enfrentado pelo hedonismo de preferência se refere às preferências além do prazer. Supondo que todos os juízes competentes concordem, todos eles preferem ler filosofia a jogar varetas. O hedonista de preferência conclui que a experiência de ler filosofia é melhor do que a experiência de jogar varetas. De acordo com esses juízes, a filosofia confere mais prazer do que o jogo de varetas. Essa inferência não é legítima. O que os juízes competentes escolhem é a atividade da filosofia talvez porque valorizem mais o conhecimento do que o prazer, e não porque um confere mais prazer do que o outro.

2.4 As teorias do bem-estar

Utilitaristas modernos utilizam termos mais neutros para definir a felicidade como: *bem-estar*, *bem estar social*, “*o que quer que faça a vida valer a pena*”. Já os utilitaristas economistas tendem a fazer uso do termo técnico de Bentham: “utilidade”. Os utilitaristas modernos dispõem de três explicações sobre o bem-estar:

- 1) *Teorias do estado mental ou da experiência* – As únicas coisas intrinsecamente valiosas são os estados mentais positivos. Os únicos males intrínsecos são os estados mentais indesejáveis. Nada pode melhorar o valor da minha vida, a menos que afete o modo como eu me sinto, ou o que eu experimento. O exemplo clássico é o hedonismo – que avalia as experiências em termos de prazer e dor.
- 2) *Teorias da preferência ou do desejo*. A única coisa valiosa é conseguir o que *se queira*, *se prefira* ou *se deseje*. [...] A vida de uma pessoa vai bem contanto que as suas preferências sejam satisfeitas. Perspectivas da preferência muitas vezes coincidem com o hedonismo. Conseguir o que se quer muitas vezes proporciona prazer, ao passo que não conseguir o que se deseja muitas vezes causa dor. No entanto, ambas podem vir separadas se as suas preferências se estenderem além das suas próprias experiências, ou se você preferir a dor.
- 3) *Teorias objetivas ou substantivas* – Tanto as teorias do estado mental quanto as da preferência são *subjetivas*. O que é bom para mim depende de alguns fatos particulares acerca de mim: o que me dá prazer, ou o que eu desejo. A principal teoria alternativa oferece uma lista de coisas que simplesmente são boas para qualquer pessoa, independentemente de ela querê-las ou de sentir prazer nelas. Essa lista poderia incluir conhecimento, realização e vida moral. (a maioria das listas

também inclui prazer, ausência de dor, satisfação do desejo e autonomia pessoal – reduzindo o hiato entre as teorias objetivas e as subjetivas.)²⁶

2.5 O bem-estar e os animais não humanos

Sabendo quais são as teorias de bem-estar para seres humanos, é possível aplicá-las a animais não humanos a fim de descobrir como deveríamos tratá-los. Como no caso do hedonismo, as vidas humanas são relevantes porque elas contêm dor e prazer. Muitos animais não humanos são capazes de sentir dor ou prazer. Portanto, se a vida dos seres humanos são importantes, então o mesmo deve ocorrer com os animais. Ao invés de maximizar a felicidade humana, os utilitaristas deveriam maximizar a felicidade em si mesma, e tanto humanos quanto animais deveriam ter o mesmo valor.

Muitas práticas humanas causam sofrimentos a animais de forma desproporcional em relação a qualquer prazer humano resultante. Por exemplo: os seres humanos precisam se divertir, mas é possível jogar jogos inofensivos ao invés de matar animais por esporte. A maioria dos utilitaristas concorda que o bem-estar dos animais é relevante, mas nem todos concordam que há igualdade entre os animais e os seres humanos. Como na teoria de Mill, um utilitarista poderia argumentar que só seres humanos podem experimentar os prazeres mais elevados. Se eles consideram que a vida filosófica é melhor que a vida suína, e a vida filosófica só pode ser desfrutada por humanos, então os utilitaristas deveriam ter uma maior consideração pelos seres humanos. Os teóricos da preferência caminham para a mesma direção. Embora os animais não humanos tenham desejos, os desejos humanos se mostram mais sofisticados e complexos e, por isso, devem valer mais. Isso também não exclui a possibilidade de alguns teóricos da preferência defenderem mudanças radicais a respeito dos direitos dos animais. Singer, por exemplo, adota uma visão do bem-estar baseada na preferência quando afirma que o sofrimento dos animais é ruim porque eles têm forte aversão à dor. Com a teoria da lista objetiva, nos afastamos ainda mais dos animais, pois existem muitos itens na lista humana que estariam indisponíveis para animais não humanos.

Portanto, se a felicidade humana se difere da felicidade dos animais, então, além de ter uma menor consideração pelos animais, nós podemos ser autorizados a fazer algumas coisas aos animais que não devemos fazer aos humanos. Mulgan utiliza dois exemplos a fim de testar essas intuições:

²⁶ Mulgan. *Utilitarismo*, pp. 89-90.

As réplicas

Eu desenvolvi uma máquina que pode matar uma criatura de maneira indolor, e então substituí-la por uma réplica quase exata. A única diferença é que a réplica é um pouco mais feliz do que a criatura original. Eu uso a máquina em Bob.

O agricultor amigável

Bob vive em um campo em minha fazenda. Ele tem uma vida muito agradável e não tem conhecimento do seu destino. Um dia eu, de maneira indolor e instantânea, mato Bob. O seu corpo é transformado em hambúrgueres.²⁷

Em ambos os casos, a maioria das pessoas concordaria que fazer isso não é correto caso Bob seja um ser humano. Mas e se Bob fosse qualquer outro animal?

2.6 Principais objeções intuitivas ao Utilitarismo

As objeções intuitivas ao utilitarismo dividem-se em dois tipos: as *objeções de injustiça* e as *objeções de exigência*. As objeções de injustiça são aquelas que acusam o utilitarismo de lhe exigir fazer coisas para com as outras pessoas que você não deveria fazer, como no exemplo:

1) *O xerife* – Você é um xerife de uma cidade isolada do velho oeste. Um assassinato foi cometido. A maioria das pessoas acredita que Bob é culpado, mas você sabe que Bob é inocente. A menos que você enforque Bob agora, haverá uma revolta na cidade e várias pessoas morrerão. O utilitarismo diz que você deve enforcar Bob, porque a perda da sua vida é compensada pelo valor de se prevenir o motim.²⁸

Já as objeções de exigência lhe proíbem de fazer coisas para consigo que você deveria estar autorizado a fazer:

10) *O envelope* – Em sua mesa há um envelope endereçado a uma respeitável instituição de caridade em busca de doações para salvar a vida de vítimas da fome ou de outros desastres naturais. O utilitarismo diz que você deve dar todo o seu dinheiro a esta instituição de caridade, uma vez que cada dólar produzirá mais felicidade em suas mãos do que você possivelmente seria capaz de produzir gastando-o de qualquer outra maneira.²⁹

Em cada um dos dois exemplos, ou o utilitarismo permite que se faça algo monstruoso ou impede que se faça algo perfeitamente aceitável. Os utilitaristas estão interessados apenas na quantidade total de felicidade, desconsiderando *como* a felicidade é produzida ou *quem* é a pessoa cuja felicidade está em jogo. A objeção

²⁷ Mulgan. *Utilitarismo*, p. 131.

²⁸ Mulgan. *Utilitarismo*, p. 133.

²⁹ Mulgan. *Utilitarismo*, p. 136.

principal ao utilitarismo consiste em que, como agentes morais, nós deveríamos considerar essas duas coisas. No caso do xerife, você não deve sacrificar a felicidade de uma pessoa apenas para maximizar a felicidade total. A felicidade geral é restringida por proibições morais em certos tipos de ações, como matar uma pessoa inocente. O erro da ação aumenta pelo fato de haver um relacionamento especial com a pessoa sacrificada. Os xerifes, dentre todas as pessoas, não devem enforcar pessoas inocentes, ele tem uma obrigação particular de não lhes fazer mal.

Já no exemplo de exigência absurda, o utilitarismo falha porque não lhe permite conferir um peso especial aos seus próprios interesses e aos das pessoas que lhes são próximas. Ele pressupõe que alguém seja perfeitamente imparcial. Assim como não se está autorizado a sacrificar outras pessoas, também não podemos ser obrigados a sacrificar a si mesmo.

2.7 Críticas dos oponentes do utilitarismo

Existem várias explicações elaboradas pelos oponentes do utilitarismo para o seu fracasso. Uma delas é a de que o utilitarismo ignora a distinção moral entre *fazer* e *permitir* – especialmente a distinção entre matar alguém e permitir-lhe morrer. Como os utilitaristas atentam-se nas consequências, eles não podem fazer essas distinções, como no caso do xerife que, em sua visão utilitarista, não percebe uma escolha entre matar uma pessoa inocente e permitir que haja um motim. Ele enxerga apenas o resultado: ou uma pessoa inocente morre ou várias morrem. Um utilitarista não percebe que é responsável pela morte de Bob, mas não pelas mortes ocorridas no motim. No entanto, visto que utilitaristas pensam que não doar para salvar a vida de alguém é tão mau quanto matá-lo, eles precisam doar constantemente.

O filósofo norte-americano John Rawls critica o utilitarismo pois o mesmo não faz distinção entre as pessoas, ignorando que cada vida é individual. Assim, os utilitaristas seriam incapazes de ver por que é errado sacrificar uma vida por outras ou por que é absurdo esperar que um indivíduo se sacrifique pelos outros. Por ignorar a natureza humana, o utilitarismo não conseguiria ver por que os seus resultados são injustos e suas exigências absurdas:

A característica marcante da visão utilitarista de justiça consiste em que não importa, senão indiretamente, como essa soma de satisfações é distribuída entre os indivíduos,

assim como não importa, senão indiretamente, como um homem distribui as suas satisfações ao longo do tempo. A distribuição correta em ambos os casos é aquela que produz máxima realização [...] O utilitarismo não leva a sério a distinção entre as pessoas.³⁰

Outra crítica direcionada ao utilitarismo é a de que ele não entende em que consiste um agente moral, e que, ignorando a individualidade das pessoas, ele fracassa como teoria moral, pois proíbe qualquer parcialidade: “[q]ualquer ética que exija que as pessoas sejam agentes [...] deve, sob o ônus de ser reputada absurda, permitir alguma parcialidade relativamente aos agentes.”³¹

A crítica de Williams ao utilitarismo, também chamada de “objeção quanto à integridade”³² está relacionada com a objeção quanto à individualidade. O nome “integridade” pode causar confusão. Williams não se refere à retidão moral, mas à inteireza, unidade e forma. Ao exigir que cada agente não confira um peso maior ao seu próprio bem-estar do que ao dos outros, o utilitarismo desfaz a integridade da vida do agente. O agente poderia ver apenas a sua contribuição para o valor global do universo.

Peter Railton tem uma objeção similar em termos de alienação. Para ele, ao adotarmos sempre uma perspectiva impessoal (utilitarista), nos alienamos da nossa própria vida, ficando impedidos de nos identificar com os nossos próprios projetos.

³⁰ Rawls, John. *Uma Teoria da Justiça*, pp. 26-27. Apud Mulgan. *Utilitarismo*, p. 139.

³¹ Cottingham. “Partiality, Favoritism and Morality”, p. 365. Apud Mulgan. *Utilitarismo*, p. 140.

³² Bernard Williams, apud Smart & Williams. *Utilitarianism: For and Against*, p. 116. Apud Mulgan. *Utilitarismo*, p. 140.

CAPÍTULO 3

PRINCIPAIS OBJEÇÕES AOS DIREITOS MORAIS DOS ANIMAIS NÃO-HUMANOS

3.1 Michael Fox e a crítica à *Libertação Animal*

Nos últimos anos, filósofos participaram ativamente de discussões a respeito do racismo e do sexismo. Alguns deles, como foi visto no primeiro capítulo, fizeram uma analogia sobre a incoerência existente em defender tratamento diferente baseando-se nas características físicas. Da mesma forma que a cor da pele não é motivo suficiente para ignorar os interesses de um ser, o número de patas ou a vilosidade da pele também não pode ser. Isso trouxe os animais para a nossa esfera moral de consideração. Neste terceiro capítulo, a discussão se direcionará para as objeções quanto ao reconhecimento dos direitos morais dos animais não humanos, tendo como apoio o artigo “Animal Liberation: A Critique”³³ escrita por Michael Fox.

Fox admite que os animais podem ter interesses, que são capazes de distinguir entre estados de consciência que são dolorosos e aqueles que são prazerosos ou acompanham bem-estar físico, procurando o bem-estar e evitando, tanto quanto possível, a dor. Para Singer e Regan, a capacidade dos animais de sentir dor ou prazer é qualitativamente e quantitativamente igual à dos seres humanos, e portanto, ambos desfrutam a vida de forma igual. Além de ter dificuldade com essa afirmação dos filósofos, Fox afirma que é complexo pressupor da afirmação que os animais têm interesses, que eles tenham interesses iguais aos dos seres humanos e que, por isso, devam possuir direitos morais. Singer e Regan consideram a capacidade dos animais poderem sentir dor ou prazer como o único fato que é moralmente relevante.

Regan vai além de Singer e afirma que os animais, além de direitos, têm, *ceteris paribus*, igual consideração de interesses com os humanos em matéria de tratamento, e um direito natural à vida que não pode ser substituído, exceto pelas considerações utilitárias mais rigorosas. Ele defende que, assim como nenhuma quantidade de prazer humano igual ou maior que uma dada quantidade de sofrimento animal “não trivial” causado pelo homem pode neutralizar a condenação moral gerada pela imposição desse sofrimento, também a morte de um animal não pode, em geral, ser justificada pela quantidade de prazer humano que é

³³ Fox, M. “Animal Liberation: A Critique”. In *Chicago Journals*, Hyde Park, v. 88, n. 2, Jan. 1978, pp. 106-118.

consequência disso. Seu motivo para dizer isso é que nenhum argumento que parecer mostrar humanos como possuidores de direito de não serem maltratados ou injustamente expostos a sofrer a um nível igual ou superior em prol do prazer de outrem ou que seres humanos possuem direito à vida, também se manterá no caso dos animais (pelo menos os mais sencientes).

Fox então, argumenta contra essas duas afirmações a fim de mostrar que os direitos morais não se aplicam para os animais, sem negar que deva existir uma preocupação com o bem-estar dos animais em sua atual exploração pelos homens, visto que são seres sencientes.

Singer e Regan defendem os direitos morais dos animais apoiando-se na definição de Singer do especismo: “[u]m preconceito ou atitude de preconceito em relação aos interesses dos membros da própria espécie contra membros de outra espécie”.³⁴ A principal tese é a de que não podemos justificar moralmente a discriminação contra outros seres humanos por motivo de raça ou sexo e, por isso, não é possível haver justificativa para a diferença de tratamento com os animais. Da mesma forma que não existem considerações moralmente relevantes que garantam a exploração de outros seres humanos para nossos próprios fins, então não há justificativa para a exploração de não-humanos. Se não há distinção entre grupos humanos com diferentes raças, sexos ou capacidades intelectuais no que diz respeito à sua capacidade de sofrer, também não há nenhuma entre seres humanos e animais, pelo menos os que possuem sistema nervoso similar ao nosso. Desta forma, os seres humanos são apenas animais e não estão em posição de superioridade natural. Singer e Regan não negam que existam diferenças significativas entre humanos e animais, mas que não há qualquer superioridade moral por parte do *Homo Sapiens*.

Singer e Regan adotam o princípio de Jeremy Bentham apresentado em sua obra *Introduction to the Principles of Morals and Legislation* (1789), em que a única capacidade que conta na atribuição de direitos morais é a capacidade de sofrer. A cor da pele, racionalidade, inteligência e capacidade de comunicação não são relevantes para justificar o tratamento desigual. Todos reconhecem que um cavalo, gato ou porco adulto e saudável são mais inteligentes e se comunicam melhor do que um recém nascido ou uma criança gravemente retardada. Se a capacidade for atribuída a qualquer um desses, será para os animais e não para o bebê. Embora os seres humanos exerçam domínio sobre toda a natureza porque eles são mais inteligentes, racionais, capazes de se comunicar, e assim por diante, ninguém sugere que possamos comer, caçar, fazer experimentos ou sapatos de recém nascidos

³⁴ Apud Fox. “Animal Liberation: A Critique”, p. 107.

e crianças retardadas porque são menos dotados nesses mesmos aspectos. Ninguém acredita que um bebê retardado possa ser usado como um mero meio realizar pesquisas para buscar a cura de algumas enfermidades porque têm menos potencial para desenvolver aquelas capacidades que são mais caracteristicamente humanas, embora esse argumento de “menor potencialidade” seja frequentemente usado como justificativa para nosso tratamento dos animais - apesar de alguns animais terem maior potencial do que bebês defeituosos para desenvolver ou exibir as mesmas características valorizadas. Regan e Singer, com essas afirmações, mostram a hipocrisia e a inconsistência lógica que temos em relação ao reino animal.

A estratégia de ambos os autores é forçar o leitor a ficar desconfortável: (a) ter que refutar as afirmações, (b) confessar que é especista, e que o especismo é moralmente indefensável e, portanto, ele deve mudar o seu comportamento em relação aos animais ou ser um hipócrita. Assim, Regan argumenta que a dor é um mal intrínseco, independentemente de quem seja. Causar dor é moralmente errado e deve sempre ser algo justificado. Se os métodos de criação e abate em larga escala envolvem a posição injustificada de dor e sofrimento em animais, então esses métodos são imorais e devem ser proibidos. Assim, qualquer um que se beneficie das práticas de criação e abate está tacitamente tolerando e ajudando a sustentá-las e encorajá-las, estando, portanto, em uma posição moralmente insustentável. Tanto para Regan quanto para Singer, “somos racionalmente compelidos a considerar os animais como seres que contam para algo quando tentamos determinar o que moralmente devemos ou não devemos fazer”.³⁵

Fox faz algumas considerações a respeito dos argumentos de Singer em relação à natureza dos direitos em si:

(1) “igual consideração de interesses...[é] um princípio moral básico”; (2) “a capacidade de sofrimento e prazer é um pré-requisito para ter interesses em tudo”; (3) “essa capacidade é a condição que requer nos conceder o direito a igual consideração de interesses”; (4) “qualquer ser que possui essa capacidade tem esse direito e deve ser tratado em conformidade”; (5) “alguns animais possuem essa capacidade”; (6) “portanto, alguns animais têm direito a igual consideração de interesses quando decidimos como tratá-los” (ou seja, quando o sofrimento e o prazer são possíveis consequências do nosso comportamento em relação a eles).³⁶

³⁵ Apud Fox. “Animal Liberation: A Critique”, p. 109.

³⁶ Fox. “Animal Liberation: A Critique”, p. 109.

Regan acrescenta o direito à vida, que Singer não declara explicitamente, pois reconhece que o argumento de Bentham implica que, se os animais fossem criados e abatidos sem dor, e se suas necessidades fossem permitidas serem feitas durante seu período de criação, não haveria objeção moral ao consumo de carne. Singer e Regan reconhecem que o princípio básico da igualdade não exige tratamento idêntico, e sim, igual consideração. Igual consideração para seres diferentes pode levar a tratamento e direitos diferentes. As diferenças empíricas entre raças ou sexos não podem, por si só, justificar o tratamento diferenciado, pois a igualdade é uma ideia moral e não uma afirmação de fato. Os seres humanos são desiguais, e qualquer tentativa de justificar uma igualdade através de características que eles compartilham culminará em um denominador comum, que é a capacidade de sentir dor ou prazer.

Fox encontra algumas falhas nesse argumento. Primeiramente, ele afirma, se todos falarem que interesses (no sentido moral) são significativos apenas em relação à capacidade de sentir prazer ou sofrer, então parece que agora a ideia ética de igualdade, afinal, se dá sobre uma assertiva de igualdade factual – nominalmente, o fato de que todos os seres humanos possuem tal capacidade.

Singer e Regan insistem que qualquer característica que seja usada como base para atribuir direitos morais aos seres humanos deve ser universal, ou seja, todos os seres humanos devem possuí-la sem exceção. Por isso, eles utilizam a característica de ser capaz de sentir dor ou prazer. Porém, Fox considera essa característica de ser capaz de sentir dor ou prazer extremista, visto que ele duvida que exista uma particularidade categoricamente universal. Ele cita o exemplo da Indiferença Universal Congênita (ou insensibilidade) à dor, que se caracteriza pela ausência completa de detecção de dor, por toda a vida. Se essas pessoas não são capazes de sentir dor, então qualquer direito baseado nela desaparecerá. Além disso, seres humanos anestesiados, hipnotizados, ou em coma não têm as mesmas capacidades de sentir dor, e consequentemente, também perdem os direitos morais. Como dessa conclusão seguem-se argumentos inaceitáveis (como o de que pessoas em determinadas circunstâncias que não estejam sentindo dor não possuem direitos morais), Fox conclui: os direitos morais surgem de outro critério além da capacidade sentir dor ou prazer (essa capacidade é condição necessária, mas não suficiente para a concessão de direitos morais). O que conta no estabelecimento de direitos são as características que uma certa classe de seres compartilha em geral, mesmo que não seja universalmente.

A busca por características que todos os humanos tenham em comum para fornecer a base dos direitos morais, segundo Fox, não é possível. Até mesmo a capacidade de sentir dor

ou prazer fica aquém da universalidade completa, como foi exemplificado anteriormente. Então, ele afirma, se voltarmos nossa atenção para as capacidades que são um pouco universais entre os humanos, será visível que seres humanos as possuem, e provavelmente nenhum animal possua a mesma característica, o que o leva a concluir que o conceito de direito moral ao tratamento igualitário não faz sentido a não ser se for aplicado aos humanos.

Em oposição ao desafio de Regan (provar que os humanos são diferentes dos animais de formas moralmente relevantes), Fox fornece alguns argumentos. Para ele, todos os animais, qualquer que seja seu lugar na escala evolucionária, são, *prima facie*, criaturas significativamente diferentes dos seres humanos. Ademais, ainda que a psicologia, a anatomia comparativa e a fisiologia experimentais e as ciências biológicas e ecológicas estejam muito longe de serem capazes de produzir toda a evidência que Regan demanda, não é possível ignorar todas as evidências que foram deixadas até o momento. Supondo que os animais possam sentir dor ou prazer da mesma forma e no mesmo grau que os seres humanos e que, além disso, muitos raciocinam, têm emoções, se comunicam e tem um senso de auto-identidade, ainda assim não se seguiria que esses animais têm direitos morais. Fox cita o argumento de H. J. McCloskey, que apontou que (1) a existência de certos animais superiores é intrinsecamente valiosa, porque eles possuem algumas capacidades (como senciência, inteligência e emotividade), cujo exercício permite-lhes desfrutar de uma qualidade de vida que os humanos podem reconhecer como possuidoras de valor, (2) que eles são capazes de sofrer tanto psicologicamente quanto fisicamente, e (3) que, como consequência de 1 e 2, boas razões não devem ser dadas para matar tais seres, mas que isto não implica atribuir direitos morais aos animais.

Fox questiona: que outras características faltam ser citadas que os humanos compartilham em geral e que justificam os animais não terem direitos morais? Ele responde: a capacidade para ser criticamente consciente, manipular conceitos, o uso de linguagem sofisticada, refletir, planejar, deliberar, escolher e aceitar a responsabilidade pela ação. Da mesma forma, McCloskey defende que as características mais relevantes do ponto de vista moral se manifestam nos seres verdadeiramente autônomos, o que implica em ser capaz de agir livremente, escolher racionalmente, criação e auto-realização. Fox destaca algumas capacidades cognitivas (como a autoconsciência crítica, manipulação de conceitos e o uso de linguagem sofisticada), pois essas são ferramentas essenciais por meio das quais a autonomia de um agente é desenvolvida, refletida e expressada. Possuir essas capacidades cognitivas é pré-requisito para ser autônomo, e ser autônomo é necessário juntamente com a capacidade de sentir dor ou prazer para dispor de direitos morais. Portanto, todos os seres que são membros

de uma espécie (levando em consideração a maturidade e supondo desenvolvimento normal) que os componentes podem ser considerados agentes autônomos, são seres dotados de direitos morais.

Fox sugere que apenas seres autônomos podem pertencer a uma comunidade moral, pois fazem parte de um grupo social dentro do qual conceitos como direitos e deveres têm algum significado e aplicação. Somente em uma comunidade de seres autônomos é que pode haver o reconhecimento mútuo necessário para esses conceitos evoluírem e serem entendidos. Fox propõe que, uma vez que a única espécie que conhecemos e que desenvolveu os conceitos de direitos e obrigações é a *Homo Sapiens*, deve haver algo peculiar desse ser que explica o fenômeno em questão. Para ele, Singer e Regan ignoram as capacidades cognitivas por ele mencionadas, ou interpretam mal e subestimam o seu significado.

Fox conclui que é difícil encontrar argumentos para a atribuição de direitos morais aos animais. Desta forma, não há nada que impeça que eles sejam tratados como meios para fins humanos, desde que da maneira mais humana possível, ou que tenham direito à vida. Mas, para ele, a obrigação geral de impedir ou minimizar o sofrimento animal é suficiente como base moral para proibir as condições cruéis de aglomeração e confinamento que ocorrem atualmente nas “fazendas industriais”, por reduzir o uso de animais em torturantes experimentos inúteis em testes de produtos, e para acabar com outras práticas desumanas como abates, caça, reprodução de animais de estimação etc. Fox concorda com Singer e Regan na afirmação de que os animais não devem ser maltratados, e que a capacidade que eles têm de sofrer é razão suficiente para tratá-los mais humanamente. No entanto, da mesma forma que não é correto desperdiçar recursos naturais e devastar o meio ambiente, disso não se segue que sejam estabelecidos direitos morais para as árvores, lagos ou depósitos minerais. Temos a obrigação de evitar maltratar animais, mas isso é uma obrigação sem um direito correspondente da parte dos seres afetados por nosso comportamento.

Fox parte, então, para o apontamento de uma contradição na fala de Singer: “[n]ão é arbitrário argumentar que a vida de um ser ciente de si, capaz de pensamento abstrato, planejamento do futuro, de atos complexos de comunicação e etc. possua mais valor que a vida de seres sem essas capacidades”.³⁷ Singer, nessa citação parece admitir que certas formas de vida são mais valiosas do que a de outros seres, e esses seres supostamente “mais valiosos” têm uma reivindicação maior de vida, prazer e liberdade do que aqueles que carecem dessa

³⁷ Apud Fox. “Animal Liberation: A Critique”, p. 113.

capacidade em questão. A partir daí, fica problemática a defesa de Singer de que a capacidade de sentir dor ou prazer e aproveitar a vida de humanos e animais seja a mesma.

Há outra dificuldade no argumento central de Singer. Em certa parte, ele considera a objeção que mostraria que as plantas também são capazes de sofrer, então se seguiria que os seres humanos seriam moralmente obrigados a morrer de fome ao invés de causar sofrimento a seres sencientes. Singer responde: “[s]e devemos infligir dor ou morrer de fome, teríamos que escolher o menos mal. Presumivelmente, ainda seria verdade que as plantas sofrem menos do que os animais, e, portanto, ainda seria melhor comer plantas do que comer animais”.³⁸ Mas se os seres humanos têm esse direito absoluto de escolher o mal menor, então eles estão em uma posição de “superioridade moral”. O mesmo acontece com a outra alegação de Singer de que as populações de animais podem legitimamente ser controladas se ameaçarem nosso suprimento de comida. Fox questiona como isso é possível se os direitos dos animais estiverem em pé de igualdade com os nossos.

Se admitirmos o argumento do “menor mal”, então o uso de animais em pesquisas pode se justificar de forma similar, pois sujeitar alguns animais ao sofrimento e morte é menos pior do que humanos morrerem por falta de conhecimento que poderia ter sido alcançado por tal pesquisa. Singer relata muitos experimentos inúteis que animais de laboratórios têm sido forçados a se submeter. É possível concordar que essa situação seja vergonhosa e intolerável, se estivesse sido relatada com precisão. Mas a crítica de Fox é que o leitor não recebe descrições de experimentos que foram benéficos para a humanidade, ou para os animais, o que é importante, além de não ter sido dado um contexto maior em que os experimentos foram realizados e se o número de experimentos sem sentido está dentro da margem de erro aceitável. Para Fox, Singer apoia seus argumentos em casos selecionados e unilaterais, informações parciais e desinformação completa. Certamente existem algumas pessoas insensíveis envolvidas em pesquisas, assim como existem com seres humanos. Singer não reconhece o grau em que os pesquisadores perceberam que os resultados experimentais melhores e mais consistentes são obtidos quando os ambientes de seus animais simulam condições naturais. Também foi descoberto que, quando isso é feito, menos animais são utilizados em um experimento. Isso mostra que os pesquisadores inteligentes têm uma utilidade prática em tratar melhor seus animais, existindo uma consciência crescente da necessidade de melhores cuidados com animais de laboratórios.

³⁸ Apud Fox. “Animal Liberation: A Critique”, p. 114.

Singer ressalta que existem outras alternativas para experimentos em animais, como o uso de amostras de tecidos e de computadores. Porém, Fox afirma que ele engana o leitor quando sugere que praticamente todos os experimentos com animais poderiam ser eliminados. Para o pesquisador biomédico e para o professor, não há substituto para um sistema cardiovascular ou sistema nervoso central saudável. Fox cita que no Canadá a maioria das experiências com animais para fins de pesquisa é feita sob diretrizes estabelecidas pelo Canadian Council on Animal Care. Sob o esquema experimental de avaliação, responsabilidade para estimar a quantidade de dor que um animal provavelmente sentirá, assim como seu meio ambiente, habitação, obtenção e transporte, anestesia e eutanásia, é atribuído a comitês locais de cada centro de pesquisa. Essas diretrizes, embora voluntárias, provaram ser eficazes na prevenção do abuso dos animais. Talvez a maioria das pesquisas não tenha um resultado esperado, mas Fox afirma que a situação não é tão desesperadora como alerta Singer, e que ela está melhorando.

Singer narra a imagem chocante e lamentável dos métodos de criação de animais em larga escala dos Estados Unidos e Grã-Bretanha, e Fox concorda que algo deva ser feito para prevenir e proibir os abusos que ele documenta. Mas essa questão não tem a ver com a justificativa para comer carne quando for necessário. Ele questiona:

se o seres humanos são parte do grande equilíbrio ecológico e são responsáveis por mantê-lo, então por que eles não podem se alimentar tanto de forma carnívora quanto herbívora? Como esses hábitos alimentares podem ser considerados antinaturais, desde que seres humanos reabasteçam (ou permitam reabastecer) o que eles tiraram? E, se intervir no curso natural dos eventos para regular a população desenfreada de certas espécies através de controle de fertilidade (como vimos Singer acima sugerindo) não é de alguma forma imoral, então de que maneira a agropecuária ou a pesca comercial acabam inerentemente erradas?³⁹

Singer, Regan, ou qualquer outro defensor dos direitos dos animais não respondem a essas perguntas. Fox concorda que o ser humano, ao contrário dos outros animais, têm capacidade de fazer uma escolha moral consciente entre matar ou não os animais para se alimentar. Mas disto se segue apenas que os humanos que comem carne são moralmente obrigados a exigir que a criação e o abate de animais sejam submetidos a uma rígida regulamentação.

Para Singer, não há inconsistência lógica em pensar que os animais devam ser protegidos de tratamento cruel e, ao mesmo tempo, comer carne. Porém, ele baseia parte do seu argumento para se tornar vegetariano afirmando que:

³⁹ Fox. "Animal Liberation: A Critique", pp. 115-116.

... prática e psicologicamente é impossível ser coerente com a preocupação com os animais não humanos, continuando a usá-los. Se estamos preparados para tirar a vida de outro ser meramente para satisfazer nosso gosto por um tipo particular de alimento, então esse ser não é mais do que um meio para o nosso fim. Com o tempo, passaremos a considerar os porcos, bois, e galinhas como coisas a serem usadas, por mais forte que seja a nossa compaixão; e quando descobrimos que continuar a obter suprimentos dos corpos desses animais a um preço que podemos pagar é necessário mudar um pouco suas condições de vida, dificilmente consideraremos essas mudanças muito criticamente. A fazenda industrial nada mais é do que a aplicação da tecnologia à ideia de que os animais são meios para nossos fins”.⁴⁰

Fox acusa a citação acima de ser um argumento de “ladeira escorregadia”. Não fica claro que as pessoas falhariam em desafiar os métodos de fazendeiros descritos por Singer se elas fossem afrontadas com os fatos completos. Declarar de outro modo é assumir uma baixa estimativa injustificadamente da decência humana. Ir além disso e afirmar que “ninguém no hábito de se alimentar de um animal pode ser completamente preconceituoso em julgar quais as condições de criação daquele animal que causam sofrimento”⁴¹ é perceptivelmente absurdo. A própria conversão de Singer para o vegetarianismo contraria esse ditado extremista.

A parte mais convincente do argumento de Singer contra o consumo de carne, segundo Fox, é a sua discussão sobre a crise alimentar mundial. A maioria dos estadunidenses é superalimentada, eles comem muito mais carne do que o necessário para manter uma nutrição adequada. Alguma parte dos alimentos em excesso que eles comem deveriam ser distribuídas de alguma forma para milhões de famintos no mundo. A pecuária moderna em grande escala também desperdiça uma quantidade colossal de grãos em animais, mesmo que nenhum desses grãos possa nutrir humanos em outras partes do mundo, pelo menos a terra que produz o grão pode ser semeada com grãos ricos em proteínas, como a soja, de acordo com Singer. Fox admite ser um problema moral, mas que não estabelece que tenhamos que ser vegetarianos, mas que deva haver uma redução no consumo de carne para que as fazendas industriais diminuam, e com isso, as terras aráveis se destinem a grãos que aliviem a fome mundial.

Fox inicia, então, a contestação da afirmação de que a carne não é necessária e que vegetarianos são mais saudáveis. Para ele, a carne não é um luxo, pois os ruminantes podem

⁴⁰ Apud Fox. “Animal Liberation: A Critique”, p. 116.

⁴¹ Apud Fox. “Animal Liberation: A Critique”, p. 116.

(diferente dos seres humanos) utilizar celulose para produzir carboidratos, e a partir destes, sintetizar certos aminoácidos essenciais, os constituintes das proteínas. Além disso, como Singer, através da citação de Fox afirma:

“Os alimentos de origem animal têm uma composição de aminoácidos muito equilibrada” (que uma dieta que exclui todos os produtos animais pode facilmente faltar); eles também são uma fonte natural de vitamina B12, que os vegetarianos puros (ou “veganos”) precisam tomar como suplemento dietético para uma nutrição completa. Tampouco está claro que ser vegetariano é inerentemente mais saudável, ao menos que se fique impressionado com estatísticas como aquelas que diz respeito “ao ‘tempo médio de trânsito’ dos alimentos através do sistema digestivo” (76-83 horas para não vegetarianos, 42 horas para vegetarianos), e as inferências altamente especulativas baseadas nelas.⁴²

Ao fim do livro, Singer enfatiza a abordagem racional que ele adotou para a discussão do especismo, com a qual Fox concorda. Entretanto, ele chama atenção para os exemplos repetidos encontrados tanto no livro de Singer quanto no de Regan, comparando experimentos em animais com experimentos de campos de extermínio nazistas realizados em humanos não anestesiados.

Para Fox, não está provado que o especismo seja imoral. O esforço para comparar o especismo ao racismo e sexismo como formas idênticas de discriminação injustas que desprezam os direitos morais básicos não têm sucesso, pois nem Singer e nem Regan mostraram sentido significativo para a atribuição de direitos morais para os animais.

Regan e Singer têm uma moral importante a ensinar. Como bem explicita Regan, “[o] ônus da justificação é sempre para qualquer um que apoie uma prática que é conhecida por infligir dor não-trivial e imerecida a uma criatura consciente para mostrar que, ao fazê-lo, ele não está fazendo nada errado”.⁴³ O ponto implícito na afirmação de Regan, segundo Fox, não é que quem se revolte com o sofrimento animal se apresse em despejar o conteúdo do seu congelador de carne e armário de remédios ou kit de maquiagem no balde de lixo. Em vez disso, é que cada pessoa envolvida deva considerar cuidadosamente a quantidade de carne de uma dieta sensata que a crise alimentar mundial e o custo de vida realmente devem permitir, que tipo de drogas e cosméticos são realmente essenciais, e começar a fazer pressão para a eliminação de fazendas industriais e para uma regulamentação mais rigorosa do uso de animais em experimentos e testes de produtos.

⁴² Apud Fox. “Animal Liberation: A Critique”, p. 117.

⁴³ Apud Fox. “Animal Liberation: A Critique”, p. 118.

Por fim, Fox acrescenta às reivindicações de Singer e Regan sugerindo que incluam o envolvimento político na efetivação da redistribuição da oferta mundial de alimentos e o controle dos bens de consumo em proliferação.

CONCLUSÃO

Ao fim da realização deste trabalho, foi possível conhecer de forma crítica as principais argumentações que afirmam ou negam a existência de direitos morais para os animais não-humanos. Enquanto Peter Singer, influenciado por Bentham, defende que o que nos une é a capacidade de sentir dor ou prazer, Michael Fox discorda que apenas isso seja suficiente para atribuir direitos morais a um ser, acrescentando a autonomia como condição necessária.

Para Fox, os animais podem ser utilizados para fins humanos desde que tenham o tratamento mais humanizado possível, mas a questão principal é: como humanizar o tratamento dos animais em nossa sociedade de consumo? Além disso, como humanizar testes de toxicidade química? Ou a separação de mãe e filhote? Por mais que haja uma redução no sofrimento, isso não significa que haverá extinção da dor, e a não-existência de autonomia de um ser não interfere na experiência negativa que esse ser tem ao sofrer. Sendo assim, quando um ser sofre, independente de qual seja a sua espécie, o seu sofrimento não deveria, do ponto de vista moral, ser ignorado.

Apesar da divergência, existe um ponto em que ambos autores concordam: o modo como tratamos os animais atualmente não é adequado. Todos os dias os animais não-humanos passam por situações que jamais aprovaríamos moralmente caso acontecessem com seres humanos, e a justificativa para que isto aconteça é sempre a mesma: especismo. Podemos concordar que seres humanos e animais não-humanos têm diferenças significativas, mas disso não se segue que estejam no mesmo patamar de consideração que os objetos, apesar da nossa relação com eles ter se consolidado a partir dessa crença.

Alguns animais são forçados a trabalhar e a nos entreter até a exaustão, são vendidos como mercadorias expostos ao sol ou chuva, pisoteando uns aos outros, são transportados e alojados em ambientes indignos, são utilizados para a realização de testes científicos que causam dor e sofrimento (nem sempre com resultados relevantes), são forçados a se reproduzir de forma não-natural, são infectados com doenças ainda que estejam saudáveis, são criados e amontoados para servirem de alimento antes de terem a oportunidade de desenvolverem seus instintos naturais básicos, inclusive o de escapar do predador, são mutilados e marcados, são abandonados quando não possuem mais serventia, entre muitas outras chocantes crueldades.

Falar de direitos morais para animais não-humanos é necessário, pois os mesmos argumentos que afirmam não existir uma igualdade entre seres humanos e animais não-

humanos foi responsável por muitos outros discursos, como o do racismo e do sexismo, e sempre devemos tomar cuidado quando falamos da última forma existente de discriminação, uma vez que é difícil estarmos conscientes do preconceito encoberto das nossas atitudes em relação a outro grupo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fox, Michael. “Animal Liberation: A Critique”. In *Chicago Journals*, Hyde Park, v. 88, n. 2, Jan. 1978, pp. 106-118.

Galvão, P. (Org.). *Os animais têm direitos? Perspectivas e argumentos*. Trad. Pedro Galvão. Lisboa: Dinalivro, 2011.

Mulgan, Tim. *Utilitarismo*. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis: Vozes, 2012.

Singer, Peter. *Libertação Animal*. Tradução Marly Winckler e Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

Stefanelli, L. C. J. “Experimentação Animal: Considerações Éticas, Científicas e Jurídicas”. In *Ensaio e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde*, Valinhos, v. 15, n. 1, 31 ago. 2011, pp. 187-206.